



REVISTA
Casa da

ISSN 2316-8056

GEOGRAFIA
de Sobral

A (IN)VISIBILIDADE SIMBOLICA DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ EM SEU CONTEXTO URBANO

The Symbolic (In)Visibility of the Church of Saint Joseph of Macapá in Its Urban Context

La (In)Visibilidad Simbólica de la Iglesia de San José de Macapá en su Contexto Urbano

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v28.1182>

Cecília Maria Chaves Brito Bastos¹

Ananda Brito Bastos²

Daguinete Maria Chaves Brito³

Daímio Chaves Brito⁴

Histórico do Artigo:

Recebido em 08 de novembro de 2025

Aceito em 24 de setembro de 2026

Publicado em 14 de outubro de 2026

RESUMO

A Igreja de São José é um importante patrimônio para os amapaenses, nomeada em homenagem ao santo padroeiro da capital Macapá. Esse monumento, que em 2026 completou 265 anos, tem íntima ligação com a memória histórica e cultural da cidade. Considerando esse contexto, o artigo tem como objetivo analisar a relevância da Igreja como símbolo histórico-cultural e eclesial, enfatizando sua edificação com a fundação da vila de Macapá no século XVIII, durante as ações administrativas do marquês de Pombal, bem como a perda de espaço e visibilidade a partir da década de 1940 até o contexto urbano atual. Metodologicamente, a pesquisa foi elaborada por meio de referências bibliográficas acerca de fontes eclesiais e da história de sua construção e transformação, além da análise de imagens e visitas in loco para comparar as mudanças ocorridas no edifício e seu entorno. Como resultado, chama-se a atenção para o fato de que o monumento religioso, mesmo tombado como patrimônio histórico-cultural pelo estado do Amapá, é constantemente ameaçado pela perda de espaço, pela ausência de ações públicas em relação às medidas de proteção adequadas ao edifício e pela invisibilidade causada pela instalação de estruturas prediais em seu entorno.

Palavras-Chave: Arquitetura religiosa. Patrimônio eclesial. Espaço urbano.

¹ Docente de Licenciatura em História da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), do Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UNIFAP), do Mestrado em História (PPGH/UNIFAP) e do Curso de Especialização em Política Educacional (CEPE/UNIFAP). Email: cc.bastos@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0003-1370-6080>

² Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: anandabritobastos.arq@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-3749-3975>

³ professora Associada IV da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Email: daginete@uol.com.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9856-4290>

⁴ Professor colaborador da Universidade Federal do Amapá (UFAP) e professor adjunto da Universidade do Estado do Amapá (UEAP). Email: daimio.brito@ueap.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3657-6530>

ABSTRACT

The Church of São José is a significant heritage site for the people of Amapá, named after the patron saint of the capital city of Macapá. This monument—which marked its 265th anniversary in 2026—is deeply intertwined with the city's historical and cultural memory. Within this context, the article aims to analyze the Church's relevance as a historical-cultural and ecclesiastical symbol, highlighting its construction alongside the founding of the Town of Macapá in the 18th century-during the administrative reforms of the Marquis of Pombal-as well as its subsequent loss of prominence and visibility from the 1940s to the present day. Methodologically, the research draws on bibliographic references regarding ecclesiastical sources and the history of the building's construction and transformation; it also incorporates image analysis and on-site visits to compare changes in the structure and its surroundings. The findings highlight that, despite being officially listed as a historical-cultural heritage site by the state of Amapá, the religious monument is constantly threatened by the loss of physical space, the lack of public action regarding appropriate protective measures, and the loss of visibility caused by the erection of surrounding buildings.

Palavras-Chave: Religious architecture. Ecclesiastical heritage. Urban space.

RESUMEN

La Iglesia de San José constituye un importante patrimonio para los habitantes de Amapá, nombrada en honor al santo patrón de la capital, Macapá. Este monumento, que en 2026 cumplió 265 años, guarda un estrecho vínculo con la memoria histórica y cultural de la ciudad. En este contexto, el artículo tiene como objetivo analizar la relevancia de la iglesia como símbolo histórico-cultural y eclesiástico, destacando su construcción ligada a la fundación de la Villa de Macapá en el siglo XVIII - durante las acciones administrativas del Marqués de Pombal -, así como la pérdida de espacio y visibilidad experimentada desde la década de 1940 hasta el contexto urbano actual. Metodológicamente, la investigación se desarrolló a partir de referencias bibliográficas sobre fuentes eclesiásticas y la historia de su construcción y transformación, además del análisis de imágenes y visitas *in situ* para comparar los cambios ocurridos en el edificio y su entorno. Como resultado, se destaca que el monumento religioso, a pesar de estar catalogado como patrimonio histórico-cultural por el estado de Amapá, se ve constantemente amenazado por la pérdida de espacio, la falta de acciones públicas orientadas a medidas de protección adecuadas para el edificio y la invisibilidad provocada por la instalación de estructuras edilicias en sus alrededores.

Palabras clave: Arquitectura religiosa. Patrimonio eclesiástico. Espacio urbano.

INTRODUÇÃO

O artigo aborda singularidades da trajetória da Igreja de São José de Macapá, ao longo de sua existência, discutindo a importância simbólica como manutenção desse patrimônio espacial para a cidade de Macapá. A Igreja tem relevância histórica e cultural para a população amapaense por ser um monumento edificado na segunda metade do século XVIII, no período colonial, como parte do projeto do Marquês de Pombal para as cidades amazônicas (Cambráia; Lobato, 2013), passando pelas reformas empreendidas pelo Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras (PIME), na década de 1940 (Marino, 2015), no então Território Federal do Amapá (TFA).

Nessa trajetória, consolidou-se como expressivo símbolo religioso espacial na contemporaneidade. A escolha dessa temática provém do fato de que, embora haja reconhecimento da Igreja Matriz como elemento da memória cultural amapaense e como patrimônio importante para o estado Amapá, pouco se sabe a respeito de sua história e de seu sentido patrimonial, não só para o catolicismo, como para a sociedade amapaense. Desse modo, traçou-se como objetivo geral da

pesquisa, analisar a relevância da Igreja como símbolo histórico-cultural e eclesiástico, enfatizando sua edificação com a fundação da vila de Macapá, no século XVIII, durante as ações administrativas do marquês de Pombal e a perda de espaço e visibilidade a partir da década de 1940, até o contexto urbano atual.

Nesse sentido, problematizou-se que não existe uma literatura consolidada que aprofunde a dimensão simbólico-espacial das manifestações e monumentos religiosos que estruturam lugares e paisagens sacras, nos campos da História, da Geografia, da Arquitetura e do Patrimônio. No caso da Igreja de São José, na cidade de Macapá/AP, esses estudos, a despeito de existirem, são escassos.

A Igreja, ao lado da Fortaleza de São José de Macapá (monumento militar de defesa do território português na Amazônia amapaense) tem importância singular como edificação construída durante a segunda metade do século XVIII e que permanece no atual contexto urbano macapaense. Desse modo, mesmo que as obras da Igreja Matriz tenham sido finalizadas antes do início da construção da fortificação, tornando-se o primeiro edifício da vila de Macapá, a Fortaleza tem recebido mais atenção da literatura existente do que o bem religioso.

Considerando-se o objetivo traçado e a necessidade de fomentar a literatura pertinente ao tema, metodologicamente, realizou-se pesquisa qualitativa e exploratória (Gil, 2022), com: (1) levantamento bibliográfico vinculado aos campos da História, da Geografia, da Arquitetura e do Patrimônio, incluindo produções acadêmicas; (2) acesso a fontes documentais (legislação, relatório e plano diretor) e imagéticas, como plantas do edifício da Igreja no período de sua construção, além de fotografias e sua utilização nos séculos XX e XXI e (3) pesquisa em campo com observações *in loco* do prédio atual e em seu entorno, investigando as transformações da arquitetura sacra para atender as necessidades espaciais da Diocese e da população, nos dias atuais.

Assim, a escolha metodológica serviu para compreender as transformações visuais, espaciais e simbólicas do patrimônio eclesiástico, ocorridas tanto na edificação como em seu entorno. A Igreja de São José de Macapá, em 2026, completou 265 anos de construção (inaugurada em 6 de março de 1761) e sua trajetória, desde o período colonial, possibilita elaborar reflexões acerca da importância desse monumento simbólico-espacial no atual contexto urbano e em decorrência das transformações em seu entorno.

Diante dessa compreensão, o artigo está dividido em quatro partes: na primeira, discute-se brevemente as concepções de patrimônio eclesiástico e o valor simbólico-espacial da religião católica para criação da identidade cultural; na segunda, contextualiza-se sobre a história da construção da Igreja Matriz e sua relação com o surgimento da vila de São José de Macapá; na terceira, examina-se as

transformações ocorridas em Macapá, a partir da criação do TFA e a chegada dos missionários do PIME e; por fim, na quarta seção, analisa-se os elementos contemporâneos da cultura local que ressignificaram o monumento a partir da ausência de políticas protetivas do patrimônio eclesiástico e pela (in)visibilidade do edifício religioso no contexto urbano atual.

PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL E ECLESIAÍSTICO

A origem do termo patrimônio está diretamente relacionada as estruturas socioeconômicas e legais em determinado espaço e tempo. Com o passar dos anos, a palavra assumiu diferentes dimensões e aprofundou sua definição, alinhando-se com a própria evolução do ser humano em suas práticas socioculturais (Lara, 2017). Por exemplo, a devoção em determinada crença é composta por práticas e lugares sagrados os quais são transmitidos e consolidados ao longo das gerações de certo grupo ou comunidade.

Dentro dessa concepção, a religiosidade está assentada no legado vivo e dinâmico das diversas culturas, ao longo da História, por meio de símbolos materiais e imateriais para existir e influenciar o modo de vida das civilizações. Assim, o patrimônio de fé e do culto são constantemente renovados, sem perder sua tradição (Aragão, 2013). Inclusive, três quartos dos lugares classificados como Patrimônio Mundial, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) são de origem religiosa, os quais incluem diferentes crenças ao redor do globo (Baldiiseri, 2012). Esses dados reforçam a compreensão sobre o impacto da religião na sociedade, inclusive quando se elege quais patrimônios devem ser preservados ou esquecidos. A partir desse contexto Lara (2017) explica que:

Nessa dualidade apagar/perpetuar, legitimada através de determinados grupos sociais, amparados dentre outros elementos, na simbologia e sentidos atribuídos ao monumento histórico, é que perpassa a discussão do patrimônio cultural religioso na medida em que [...] são testemunhos das modificações pelas quais passaram e testemunham, através de sua materialidade, suas próprias histórias, dos indivíduos e do local onde estão inseridos (Lara, 2017, p.55).

No caso do Brasil, o patrimônio histórico-cultural religioso relacionado ao catolicismo é uma herança portuguesa, que além de constituir e controlar os costumes, a educação e a cultura impõem domínio por meio dos símbolos e práticas religiosas. Nesse sentido, é notável a atuação da religião católica para formação da identidade sociocultural do país, visto que é uma religião importante para os brasileiros e várias igrejas são integrantes da lista de patrimônios culturais do país protegidos em âmbito mundial (Baldiiseri, 2012).

Devido a proximidade entre o catolicismo e a cultura brasileira, provou-se oportuno a criação de regulamentos que amparasse juridicamente a presença da Igreja Católica no país, de modo que houvesse autonomia e cooperação entre estas dimensões. Assim, entre 2008 e 2009, foi aprovado o Acordo Brasil - Santa Sé, o qual estabelece, dentre outras questões, os critérios para a preservação do patrimônio eclesiástico brasileiro (Baldisseri, 2012).

O acordo firmado entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro, buscou evitar possíveis conflitos entre as entidades em situações que envolvam bens da Igreja considerados patrimônios culturais brasileiros. Além de recomendar a colaboração entre as partes para garantir e facilitar o trabalho conjunto de salvaguarda, de valorização e de fruição do patrimônio histórico e artístico, que parte importante pertence à Igreja (Baldisseri, 2012). Neste contexto, deve-se considerar, também, que sejam aprovadas legislações que reconheçam os patrimônios culturais não oficializados, mas que são importantes para as comunidades em suas práticas cotidianas territoriais e religiosas, ou seja, carece que se dê atenção aqueles bens sem proteção legal, mas que é necessário que o Estado garanta sua preservação.

Tais percepções, também, podem ser aplicadas ao entorno da Igreja de São José de Macapá, que permanece sem proteção oficial, mas que são essenciais para a cultura como espaço de memória, tendo em vista que são lugares constituídos de elementos simbólicos vividos na prática espacial de forma individual e coletiva, revestindo-se de imaginação, experiências e simbolismo, por meio das lembranças e da significação dos espaços.

A CONSTRUÇÃO DA VILA E DA IGREJA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ

Com o início da colonização portuguesa, diversas missões religiosas se fizeram presentes na Amazônia. Com a criação do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em meados do século XVII, os religiosos aceleraram o processo de ocupação territorial da região (Cambraia; Lobato, 2013). A presença sistemática das ordens religiosas no Vale Amazônico começou com a chegada de missionários capuchinhos e franciscanos e, posteriormente, jesuítas. Estes últimos, influenciaram a criação da Capitania do Cabo Norte, em 1637, atual estado do Amapá (Pimentel, 2016) e ajudaram a consolidar a catolicidade do espaço amapaense, além do reconhecimento do território por meio de desenhos feitos pelos missionários (Morais; Rosário, 1999).

Com relação a colonização portuguesa na região amazônica é possível identificar três fases: (1) tentativas iniciais para ocupar o Vale Amazônico; (2) esforços para acabar com as pretensões de nações estrangeiras na região e (3) realização das políticas pombalinas voltadas ao processo de

desenvolvimento regional (Cambaia; Lobato, 2013). Essas iniciativas tiveram o propósito de transformar as colônias de povoamento, já estabelecidas, em áreas produtivas para a Coroa Portuguesa e assim ocorreu na capitania do Cabo Norte, quando Francisco Xavier Mendonça Furtado, então Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, decidiu estabelecer um núcleo que garantiria o início da ocupação portuguesa no Amapá (Reis, 1949).

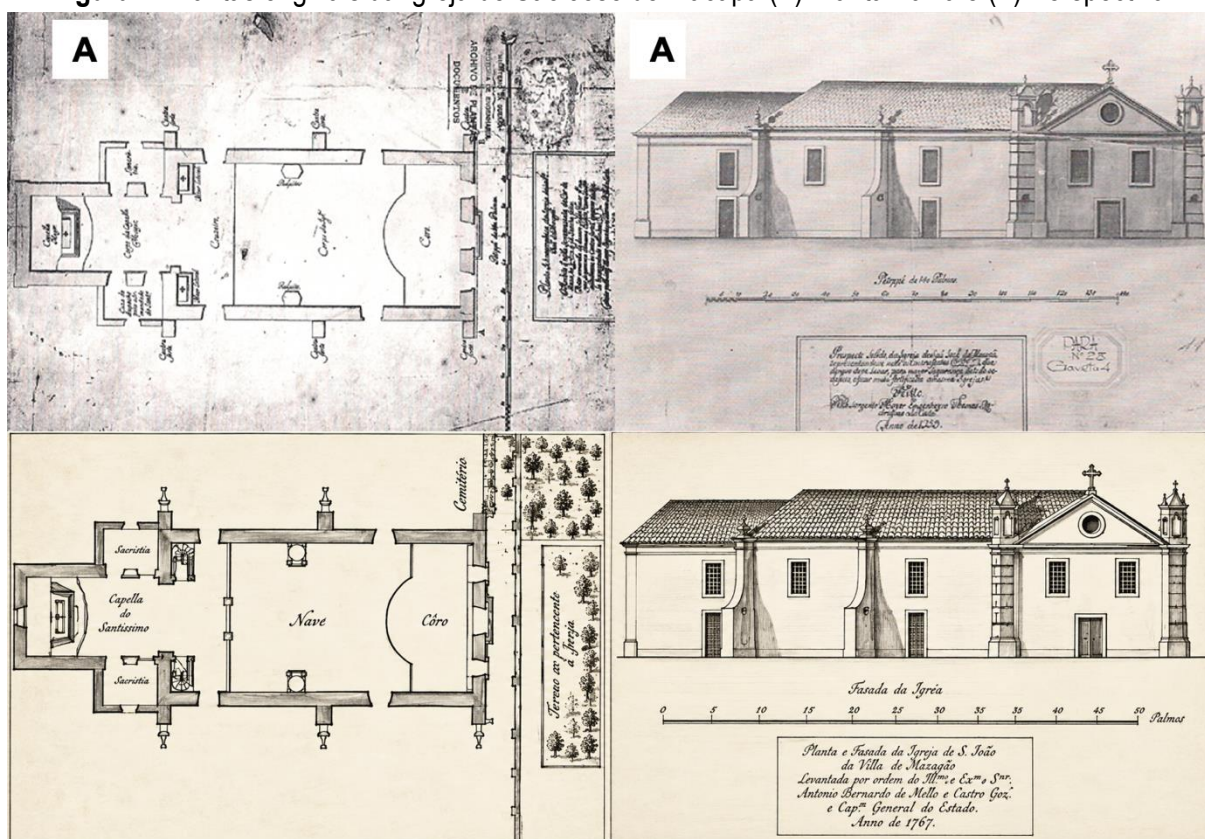
Com base nesse contexto, percebe-se que desde o início da ocupação do espaço amapaense houve uma série de procedimentos para o seu povoamento, onde foi edificada a vila de São José de Macapá. Devido sua localização estratégica na foz do rio Amazonas (portal de entrada para a grande bacia amazônica) e abundância de bens naturais, a vila foi planejada para se tornar um grande centro agrícola e industrial, servindo de modelo para o projeto de dominação portuguesa do território amazônico (Cavalcanti, 1997). Com relação a esse aspecto, Araújo (1998) destaca que

[...] Macapá foi de facto o “primeiro” investimento de urbano da administração de Mendonça Furtado. Por isso, a sua primazia “afectiva” na eleição do governador [...]. Mas a principal justificação da prioridade ideológica, que Macapá também assumiu, estará ligada ao fato de ter sido pensada como uma experiência-modelo, que deveria espelhar o projeto administrativo e político. A implantação dos colonos açorianos pretendeu aqui, mais do que nos outros lugares onde também forem colocados, encarnar o tópico da civilidade “branca”. O projeto da vila fez-se acompanhar de um projeto económico que se fundamentava no incentivo à agricultura e à pecuária [...]. Todo esse programa, em total coerência com um projeto político maior, apontava para a Vila de Macapá como efectivamente “uma das partes essenciais de que se havia de compor o governo”, tanto o de Mendonça Furtado como o dos seus sucessores incluídos no processo pombalino (Araújo, 1998, p. 156-157).

Desse modo, Mendonça Furtado desenvolveu políticas de incentivo para crescimento da região, possibilitando que o povoado de Macapá fosse oficialmente elevado à categoria de vila, em 4 de fevereiro de 1758. Paralelamente ao estabelecimento da vila de São José de Macapá, como espaço cívico, começou a construção da paróquia de mesmo nome, pelo bispo Frei de Bulhões. Contudo, a necessidade de um espaço para as atividades religiosas provém de anos antes, devido ao crescimento do povoado, por isso houve a necessidade de criação de um local para desenvolver as atividades clericais, edificada em 1752 (Reis, 1949; Cavalcanti, 1997; Rosendahl, 2018).

Mendonça Furtado permaneceu na nova vila por mais dez dias, para instruir o seu recém-nomeado administrador, sargento-mor e engenheiro português, Tomás Rodrigues da Costa, quanto as ações prioritárias de continuidade do projeto urbano da vila e direção das obras em andamento. Assim, o novo administrador, seria o engenheiro responsável pelo projeto original da Igreja de São José de Macapá, dando prioridade à obra da paróquia. Nesse contexto, é possível que o administrador tenha sido, também, o autor de modificações feitas no traçado urbano da vila e do projeto original da Igreja, realizadas entre em 1757 e 1758 (Araújo, 1998). A Figura 1 expõe a Planta Baixa (A) e a perspectiva (B) da Igreja, em 1759.

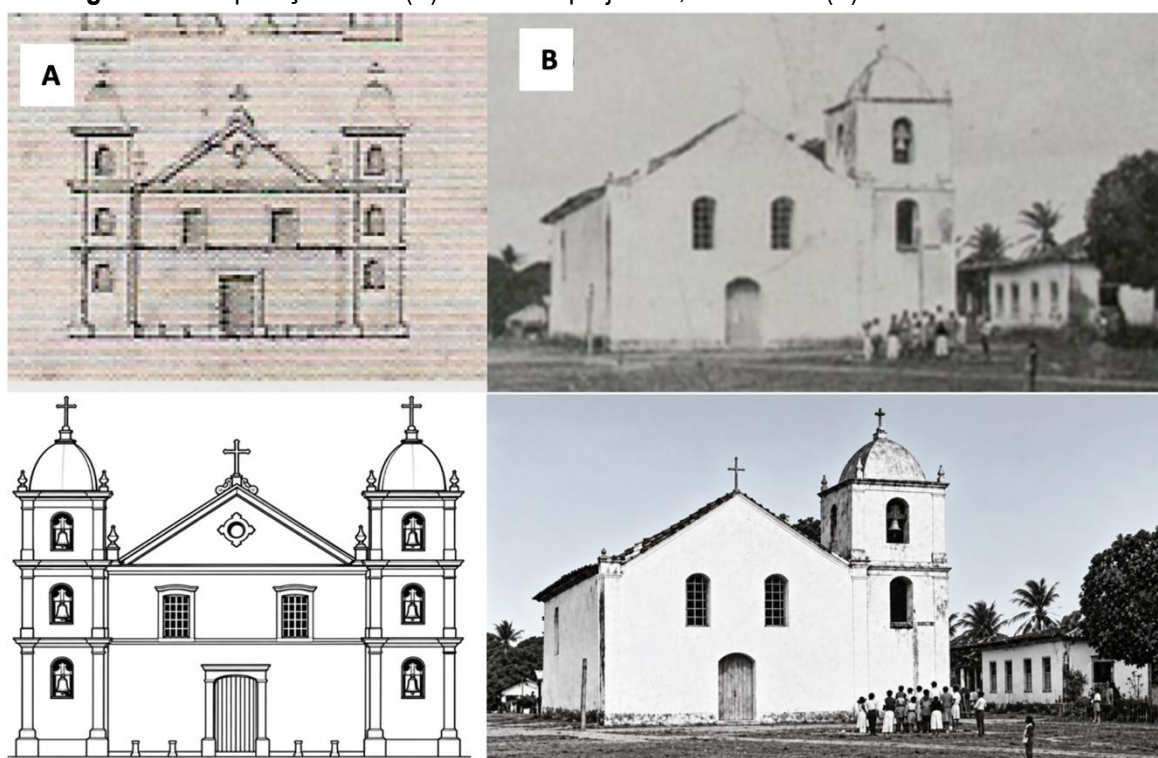
Figura 1: Plantas originais da Igreja de São José de Macapá (A) Planta Baixa e (B) Perspectiva.



Fonte: Araújo, 1998. com melhoramento assistido por inteligência artificial (chatgpt, 2026).

As plantas da Figura 1 mostram um amplo projeto arquitetônico para a Igreja. Entretanto, a paróquia foi edificada sem atender rigorosamente as especificações projetadas, provavelmente, devido a incapacidade técnica dos executores, já que o prédio foi erguido por mão de obra indígena, de negros escravizados e colonos portugueses, sem qualificação para a construção civil (Camilo, 2003; Luna, 2017). Ou seja, a obra foi projetada sem a real preocupação com a execução (Brito, 2014), pois foram construídos apenas a nave central e uma torre sineira, como pode ser observado na Figura 2, que mostra a fachada frontal projetada, em 1758 (A) e a fachada executada, observada em uma foto (B) do início do século XX.

Figura 2: Comparação entre (A) a fachada projetada, em 1758 e (B) a fachada executada.

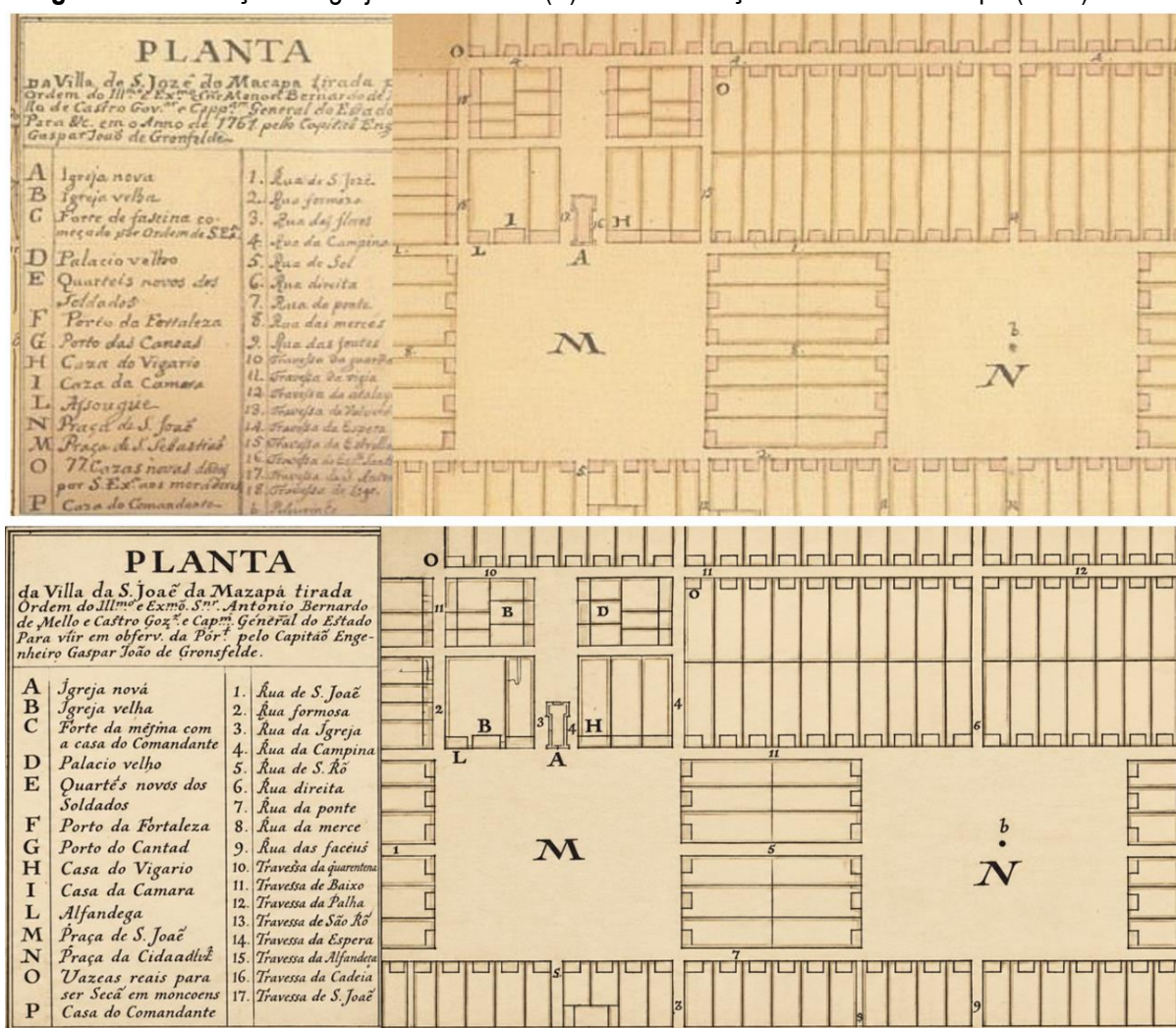


Fonte: Araújo, 1998; Brito, 2014, com melhoramento assistido por inteligência artificial (chatgpt, 2026).

Analisando a Figura 2 é perceptível a discrepância entre o que foi projetado e o executado, porém, mesmo sem atender o planejamento, a inauguração do edifício ocorreu em 1761, durante a administração de Manuel Bernardo de Melo e Castro, quando aconteceu um grande evento que marcou a união entre os poderes religioso e político na vila. Na ocasião, a solenidade de inauguração foi feita pelo terceiro bispo do Grão-Pará, Frei Miguel de Bulhões e como seu primeiro vigário foi designado o padre Miguel Ângelo de Moraes (Cavalcanti, 1997; Moraes; Rosário, 1999).

Simultaneamente a construção da Paróquia de São José, acontecia o processo incipiente de urbanização da vila de Macapá, ocasionando nos arredores da igreja o surgimento de espaços que adquiriram o *status* de 'icônicos', ou seja, lugares presentes tanto no imaginário como na memória histórica e/ou afetiva da população local. Conforme mostra a planta da vila de Macapá, de 1761 (Figura 3), desenhada pelo capitão engenheiro Gaspar João de Gronfeld. No projeto, pode-se identificar, entre outras estruturas: a Igreja de São José (A), a praça São Sebastião (M), a Praça de São João (N), a casa do pároco (H) e o traçado das vias de Macapá.

Figura 3: Localização da Igreja de São José (A) dentro do traçado da Vila de Macapá (1761).



Fonte: Brito, 2014, com melhoramento assistido por inteligência artificial (chatgpt, 2026).

O projeto urbanístico para a vila de Macapá contava com a implantação de duas grandes praças: uma em frente à Igreja, denominada de São Sebastião e outra, separada por alguns lotes, nomeada de São João. Ponderando que no contexto do Brasil colonial, praças eram consideradas como espaços-símbolo de representação de poder (Araújo, 1998) e, desse modo, a praça São Sebastião, também chamada de Praça Matriz, representava o poder religioso em Macapá.

Ambas as praças possuíam dimensões de 84 x 72 braças, situação que duplicava sua grandeza frente a outras vilas portuguesas fundadas naquele período (Cantuária, 2012). Tais dimensões privilegiadas poderiam ser interpretadas tanto por meio do discurso simbólico, compreendidas como reprodução espacial da vila do Grande Rio das Amazonas (Araújo, 1998), quanto pelo viés ideológico, como consequência do programa pombalino de reforma e urbanização da região amazônica.

É prudente notificar que a área da igreja era, e continua sendo denominada de Largo dos Inocentes, e popularmente conhecida como Beco do Formigueiro. Um lugar carregado de valor histórico para a sociedade macapaense, em particular e amapaense, em geral (Silva, 2013), pois, abriga, até os dias atuais, o cemitério mais antigo da cidade. A origem do nome 'Largo dos Inocentes' é associada ao fato do cemitério ser o lugar do sepultamento de muitas crianças. Já a denominação 'Formigueiro' possui duas possíveis origens: a primeira pela presença de grande quantidade de térmitas (insetos sociais que se alimentam de madeira e outros materiais com celulose), devido ao cemitério e, a segunda em decorrência da aglomeração de habitações das famílias descendentes de negos escravizados (Luna, 2017).

Já as travessas laterais e a casa do pároco, desde o início faziam parte do plano do engenheiro Tomás Rodrigues da Costa para a construção da igreja. As travessas tinham por objetivo melhorar a segurança e a solidez da edificação, enquanto a casa do vigário servia como moradia para religiosos e auxiliava as atividades da paróquia (Araújo, 1998). Outro aspecto importante na formação da vila de Macapá é relativo à construção da sua territorialidade, que é marcada por grupos sociais, que incluíam negros africanos escravizados, nativos indígenas, colonos açorianos e militares, quanto por indivíduos que apenas estavam de passagem pela vila, os quais eram organizados e utilizavam o espaço urbano de maneiras distintas. Nesse aspecto Luna (2009) esclarece que:

[...] os colonos foram transferidos para suas terras, loteadas nos arrabaldes da área demarcada para a edificação das instituições públicas: Igreja, pelourinho, cadeia, hospital e a sede do poder administrativo. De posse de seus sítios, que equivalia à condição e status de cada colono, cuidaram em construir suas casas (tajupares), moradias construídas artesanalmente, feitas de madeira e coberta de palha, muitas vezes, de frágil constituição, como é natural para os menos aquinhoados nessa região até os dias atuais (Luna, 2009, p.40-41).

Logo, é notável que as edificações, símbolos de poder do processo de colonização católico-religioso na época (como a Igreja, cadeia e sede do poder administrativo) influenciavam a apropriação do território urbano da vila, sobretudo, acerca da localização do lote e qualidade material das moradias, condições que poderiam melhorar ou não o *status* dentro da sociedade colonial macapaense.

Desse modo, compreende-se que durante o período colonial a sociedade local territorialmente era distribuída da seguinte forma: os militares e colonos ocupavam os lotes mais bem posicionados, enquanto os demais grupos eram induzidos a ocuparem a periferia da vila, atrás da Igreja. Além disso, conjuntamente com o prédio religioso surgiram outros espaços que foram se tornando parte do imaginário da população local, pois serviam tanto para as atividades clericais como para o convívio social e cívico, os tornando espaços icônicos macapaenses.

Esta dinâmica socioespacial do período colonial persistiu na urbe macapaense por muito tempo, havendo vestígios materiais da antiga vila de Macapá até a década de 1940 (Luna, 2017). A partir de meados do século XX, tanto a cidade, como a Igreja passariam por uma série de transformações físicas e sociais, a partir da criação do TFA, em 1943 (Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943). Período em que se aprofundaram realizações de manifestações religiosas pela população, produtoras de espaços sagrados, por meio de celebrações e festejos, porém sem visibilidades pelas autoridades locais.

SÉCULO XX E AS TRANSFORMAÇÕES NA IGREJA E EM MACAPÁ

Entre o período da criação da vila de Macapá e o início do século XX, a área e sua população passaram por vários momentos de necessidades devido Macapá ser considerada um núcleo urbano distante do seu centro administrativo, a cidade de Belém. Além de conviver com situações conflituosas, tais como a Cabanagem (1835-1840) e o Contestado Franco-brasileiro (1700-1900) (Reis, 1949; Cambraia; Lobato, 2013). Entretanto, novos acontecimentos históricos no Brasil, como a separação entre Igreja Estado (1890) e a resolução da disputa franco-brasileira (1900), tornaram-se importantes para o surgimento de maior interesse da Igreja Católica em construir um trabalho mais efetivo na Amazônia oriental (Pimentel, 2016).

No caso de Macapá, a presença de sacerdotes na paróquia local era muito inconstante, o que explica a ausência de fontes sobre a Igreja de São José até meados do século XX e o surgimento de uma religiosidade mais popular, baseada no sincretismo da religião católica, de matrizes africanas e de tradições indígenas (Pimentel, 2016; Lobato, 2013).

No começo do século XX, Macapá era uma cidade modesta com pouco mais de mil habitantes, majoritariamente composta por afrodescendentes e infraestrutura limitada. A urbe começava na orla da cidade (Canal norte do rio Amazonas) e terminava no Cemitério, atrás da Igreja de São José (Pimentel, 2016; Luna, 2017). No ano de 1903 foi criada a Prelazia de Santarém/PA, a qual a região do Amapá passou a ser vinculada. Naquele período, havia somente três padres em território amapaense, sendo o francês, Francisco Rellier, responsável pela Igreja Matriz até a chegada dos primeiros Missionários da Sagrada Família (MSF), no início da década de 1910 (Reis; Carvalho, 2018; Lobato, 2013).

Dentre os missionários, a figura do padre Júlio Maria Lombaerde se destaca na memória coletiva dos moradores macapaenses. O missionário belga chegou na cidade em 1913 e não mediu esforços para cumprir sua missão de evangelizar os amapaenses, começando por Macapá. Ao observar

as condições precárias do núcleo urbano, o padre se aproximou da população, atuando nas áreas da saúde e educação, dando atenção especial as crianças (Miranda, 1957). A influência do religioso, o tornou precursor da urbanização de Macapá, assegurando um modo de vida regulado pela higienização como controle, tanto da saúde, como da vida espiritual da população (Luna, 2017).

O padre ressaltava e repudiava o abandono da Igreja Matriz, na qual eram realizadas poucas cerimônias religiosas e só se abria nos períodos de festividade, sobretudo das celebrações de origem sincretista como o Marabaixo (manifestação cultural afro-amapaense que combina dança, canto e fé, realizada por comunidades negras do Amapá). Devido sua personalidade rígida com os preceitos católicos, o padre entrou em conflito com os participantes da festa do Marabaixo, pois, faziam sua dança em frente à Igreja Matriz (Pimentel, 2016). Com relação ao seu posicionamento, Lobato (2013), citando Cavaliere (1981) explica que:

Por isso, este padre fechava a igreja, 'mas o povo fincava mastros na frente da matriz'. Era tradicional, afirmou o militar [Zacarias Teixeira Leite], a coroa de prata do Divino Espírito Santo pernoitar na igreja de São José para depois ser recolhida pelo festeiro 'entre orgias populares'. E condenando isto, o missionário da Sagrada Família 'quebrou a coroa de prata do Divino e mandou entregar os pedaços ao festeiro do Marabaixo'. O povo quis invadir a casa do clérigo, no que foi impedido Coronel Teodoro Mendes, intendente de Macapá (Cavaliere, 1981 apud Lobato, 2013, p.158).

Apesar da saída de Padre Júlio Maria Lombaerde, no ano de 1923, ainda permaneceram padres da Sagrada Família em território amapaense. Mesmo, assim, a presença católica continuava rara em terras amapaenses (Pimentel, 2016). E na década de 1920, Macapá continuava com muitos problemas de infraestrutura e ausência de saneamento básico (Silva, 2013). Contudo, tanto a Igreja de São José, como a cidade de Macapá passariam por grandes transformações a partir dos anos de 1940, devido a dois eventos históricos: o seu desmembramento do Estado do Pará, com a criação do TFA, em 1943 e a vinda dos sacerdotes do PIME para Macapá, em 1948 (Nobrega; Rodrigues, 2014; Marino, 2015). Baseando-se em Arthur Miranda de Bastos e Janary Nunes, Lobato (2013) ilustra os aspectos físicos de Macapá em seus primeiros anos como Território Federal, explicando que:

No início de 1944, poucas construções destacavam-se na topografia macapaense. Arthur de Miranda Bastos assim descreveu a visão que teve do alto, quando chegava de avião a este núcleo populacional: "Macapá pareceu-me muito pitoresca", e continuou, "grupos de coqueiros aqui e ali, uma igreja de paredes branquinhas, as construções do aeroporto, pintadas de novo, as muralhas escuras, manchadas de musgo, da velha e imponente fortaleza, e, mais visível ainda, a comprida ponte de madeira, avançando da praia barrenta sobre o Amazonas [...]". A partir de seus primeiros contatos, Janary descreveu assim a situação que encontrou na sede do Território: "falta de habitações, dificuldade de desembarque, comércio pobre e sem estoque de mercadorias [...], exigência de pessoal vindo de fora, enfim, um amontoado de necessidades, cada qual mais imperiosa e urgente" (Lobato, 2013, p.37).

Assim, as principais metas do primeiro Governador do Território, Janary Gentil Nunes, eram sanear, povoar e educar (Território Federal do Amapá, 1945). Com relação a estrutura educacional, o administrador do TFA implantou os seguintes tipos de ensino: Secundário, Comercial, Industrial, Agrícola, Normal e Doméstico e determinou a construção ou a reforma de várias instituições de ensino, como: Colégio Amapaense, Instituto de Educação do Amapá, Colégio de Macapá, Colégio Comercial de Macapá e Escola Doméstica de Macapá (Dias, 2014).

Com essas ações o Governador tinha como objetivo tornar o Amapá um local produtivo e ter sua autonomia sem influência de nações estrangeiras (Marino, 2015). Todavia, esse processo, também, causou a gentrificação do centro histórico e urbano de Macapá, o que resultou tanto na desocupação de propriedades de afrodescendentes quanto na demolição das casas feitas de taipa, com cobertura de palhas e com precária ou sem sistema de esgotamento sanitário (Luna, 2017). A esse respeito a autora expõe que:

Esse espaço sofreu mudanças no estilo haussmanniano de higienização social urbana. No lugar onde moravam os afrodescendentes foram construídos prédios públicos horizontalizados e a residência governamental. O projeto de transferência dos nativos de descendência afro se deu muito mais na condição de desalojamento dessa população - que vivia em terrenos grandes e era apegada sentimentalmente ao espaço onde estava há mais de meio século - do que propriamente de mudança (Luna, 2017, p.111).

Nesse contexto, a administração do PIME teve participação decisiva para a edificação e expansão da cidade de Macapá, incentivando a construção de diversas igrejas, escolas, espaços de lazer e de assistência social. O trabalho de evangelização dos sacerdotes incluía a massificação da Igreja Católica, com o objetivo de catequizar a população e estabelecer bases para a criação da Diocese de Macapá. Assim, ainda em seu primeiro ano de administração, os sacerdotes conseguiram, por meio de ordem papal, a criação da Prelazia de Macapá (Reis; Carvalho, 2021).

Com a instituição da Diocese houve a possibilidade de autonomia nas práticas do PIME, o que deu início ao processo de construção de espaços para evangelização. As principais obras nesse período foram: as reformas da Casa Episcopal, em 1949, e a construção da Prelazia, entre 1950 e 1960 (Marino, 2015), cujo encarregado era o padre italiano Mário Limonta.

Além da reforma da Igreja Matriz e construção do prédio da prelazia, uma série de edificações que abrigavam diferentes funções foram erguidas nas proximidades da igreja, tais como: o Pensionato, a Gráfica São José, o Cine João XXIII e a Escola Paroquial de São José (Smith, 2008). Observa-se que juntamente com a Praça Matriz e o Largo dos Inocentes, essas edificações formavam, ao redor da Igreja de São José, o que se denomina de conjunto de espaços icônicos, os quais faziam

parte da história e da memória da população macapaense. A respeito das instalações desses espaços durante a década de 1960, Smith (2008) descreve que:

A Prelazia de Macapá era composta da Igreja Matriz, cujo padroeiro é São José. O alojamento dos padres, ficava na parte superior do prédio com instalações próprias para os que residiam ali mesmo no prédio principal.

Na parte inferior funcionava a gráfica S. José onde era impresso o jornal 'A Voz Católica', a 'Sede dos Maiores' e a 'Sede dos Menores', onde se realizava as reuniões semanais e jogos de mesa [...].

As instalações onde residiam os Padres eram construídas de: dormitório, refeitório, cozinha e apartamentos individuais. [...]

Naquele momento estavam realizando as obras para construção de um cinema [Cine João XXIII], aquele que seria o maior e mais confortável da cidade, com capacidade para seiscentas pessoas; possuindo na parte de trás um balcão para mais de cem pessoas. [...]

Todo o complexo esportivo contava com quadra poliesportiva em área interna, possuía também um prédio com três pavimentos onde funcionava, além da Escola Paroquial, no andar térreo, um pensionato feminino destinado as moças que chegavam do interior para estudar na capital e não tinham onde morar.

A área do pavimento superior era tamanha que ainda abrigava o Colégio Comercial do Amapá (CCA), uma escola pública do Governo do então Território [...] (Smith, 2008, p. 11-12).

É importante destacar que esses locais de sociabilidade garantiam, com maior facilidade, a evangelização, em especial, da juventude (Reis; Carvalho, 2018). Situação que é evidenciada nas narrativas sobre o cotidiano de Macapá, entre os anos 1960 e 1970, demonstrando o valor afetivo dessas estruturas para muitos residentes de Macapá naquele período da história amapaense (Smith, 2008).

A ARQUITETURA DA IGREJA DE SÃO JOSÉ: DA INTENÇÃO À INTERVENÇÃO

Como observado nas seções anteriores, a arquitetura da Igreja de São José de Macapá atravessou diferentes momentos, os quais destaca-se: a intenção e concepção do projeto proposto por Tomás Rodrigues da Costa; a edificação consolidada, a qual permaneceu sem grandes alterações por mais de um século e; a visível alteração em sua fachada principal, condição que permanece até os dias atuais. Ainda, com relação ao início das obras da vila, em 1759, o engenheiro Tomás Rodrigues da Costa enviou uma carta-relatório para Mendonça Furtado sobre todos os procedimentos tomados na administração de Macapá, comentando, também, sobre o processo nas obras da igreja. A esse respeito afirma que:

Enquanto a Igreja está inteiramente acabada a obra de taipa e coberta por cima com palha de uburussu, a capela-mor do mesmo modo e para mais fermozura e clareza mandei fazer duas janelas rasgadas e Romana porque as que tinham eram muito indecentes para tão nobre edificio. Os púlpitos mandei-os deitar abaixo e fazer outros a Romana, em o corpo da igreja lhe mandei fazer duas janelas por cada lado em o mesmo estilo romano, e para se forrar o tecto da mesma igreja e capela-mor que há de apainelado, estão os oficiais com todo o cuidado preparando as madeiras para cujo ministério mandei conduzir trinta e oito madeiras de cedro.

[...]. O Exmo e Revmo Snr Bispo ordenou que as torres devem ser de pedra e cal para maior segurança do edifício, e eu faço tenção de as fazer pelo estilo romano, outavas, com sineiras a mesma proporção com suas cúpulas e arremates seguindo o mesmo estilo (Carta de Tomás Rodrigues da Costa, 1759 *apud* Araújo, 1998, p.178).

A simplificação do projeto em estilo romano, proposto por Tomás Rodrigues da Costa foi uma exigência de Melo e Castro, substituto de Mendonça Furtado no comando do Grão-Pará e Maranhão, motivado pelos altos custos e longa duração da obra eclesiástica (Araújo, 1998). Destacando-se que o projeto original da Igreja não foi concretizado, devido a construção urbana da vila de Macapá se concentrar mais na defesa territorial (Fortaleza de São José de Macapá), em detrimento do desenvolvimento da vila, não tendo como objetivo principal a melhoria das condições dos colonos imigrantes (Luna, 2009, p.44).

De qualquer modo, o projeto aprovado por Melo e Castro e descrito como um modelo descente de igreja se assemelha ao estilo jesuítico da época (Camilo, 2003). Supõe-se que essa situação ocorreu devido as contribuições jesuíticas para o ensino científico de Portugal, durante o século XVII, influenciando inclusive o estilo arquitetônico de engenheiros e arquitetos.

O estilo arquitetônico conhecido no Brasil como estilo jesuítico não se limitava as edificações feitas pelos missionários da Companhia de Jesus, pois as construções de igrejas nesse estilo continuaram mesmo após sua expulsão, em 1759. Entretanto, os jesuítas não tiveram na arquitetura um estilo próprio, apresentando formas diversas que variavam de acordo com as situações históricas, as evoluções culturais e as condições da sociedade. Em geral, o estilo usado era remanescente da arquitetura europeia renascentista, ocorrido na segunda metade do século XVI, podendo ser denominado na arquitetura como Contra reforma ou maneirismo (Bury, 2006).

No decorrer da história é possível perceber que surgem novos esquemas que definem o conceito espacial de funcionalidade adequado à reforma litúrgica (Branco, 2014), o que contribuiu para a consolidação de um novo estilo denominado de estilo chã ou estilo-chão, o qual era reflexo da tradição construtiva e contexto político-religioso de Portugal, surgindo um estilo arquitetônico maneirista português. A expressão Estilo-Chão (*plainstyle*), proposta pelo teórico norte-americano George Kubler, é controversa, justamente por empregar um conceito proposto por Júlio Castilho para arquitetura residencial e replicá-lo arbitrariamente em uma série de edifícios portugueses, em sua maioria igrejas e conventos, construídos entre o segundo quarto do século XVI e princípios do século XVIII (Bury, 2006).

Reconhece-se que o termo *plain* (simples) só descreve satisfatoriamente os aspectos externos de alguns exemplares da arquitetura religiosa luso e brasileira (Bury, 2006). O estilo era caracterizado pela simplicidade e austeridade de seus elementos arquitetônicos, o que ressaltava o

conservadorismo estético e as experiências de construções militares da época (Branco, 2014). Além disso, as igrejas eram construídas em locais centrais com relação a cidade, pois geralmente eram acompanhadas de uma ou duas praças e uma série de vias que levavam até a edificação. Assim, observa-se tanto na proposta de Tomás Rodrigues da Costa, como na edificação da Igreja de São José, em Macapá, muitos elementos externos associados ao estilo-chão português.

O século XX trouxe alterações na dinâmica socioterritorial para Macapá, incluindo mudanças no estilo da Igreja de São José, quando desapareceram as características do estilo-chão de outrora. Considerando que as informações sobre a Igreja Matriz são imprecisas e que há existência de espaçamentos e contradições entre as fontes, não sendo possível encontrar registros sobre o período exato que ocorreram as reformas que alteraram sua fachada original e, pouco se sabe sobre as reformas ocorridas nos seus ambientes internos.

Entretanto, pode-se inferir que as primeiras intervenções surgiram entre 1930 e 1950. E é provável que as modificações tenham ocorrido com a anuência do PIME, em virtude do projeto para criar a Prelazia de Macapá (Lobato, 2013; Marino, 2015). Assim, as principais intervenções foram: no batistério, na adição da sala de reuniões à planta da igreja, na pintura dentro e fora do edifício e na inserção de novos elementos no frontispício (Montoril, 2018).

As adições presentes na fachada principal do prédio da Igreja São José aludem, de maneira sutil, alguns elementos da arquitetura neocolonial, inspirado, sobretudo, nas linguagens arquitetônicas do barroco brasileiro, baseado no contexto político-social do Brasil, no início do século XX e, posteriormente nas transformações decorrentes da criação do TFA. Nesse contexto, pode-se deduzir que o aspecto neocolonial da Igreja Matriz não foi realizado por mero acaso.

A linguagem Neocolonial manifestada na Igreja se destaca pelo uso de composição simétrica, elementos decorativos simplificados e boleados, telhado aparente, e pintura externa na cor branca ou com tons mais neutros. Na fachada principal, a simetria é perceptível na estrutura do frontão triangular e a adição de janelas e portas dispostas alinhadas. Entre os elementos decorativos perceptíveis na fachada principal, estão: ornamentos, pináculos, entablamentos e pórticos com colunas decorativas. Apesar das modificações da fachada agora incluírem mais elementos de caráter decorativo, estes, ainda, transmitem simplicidade se comparados a outras edificações eclesiásticas do mesmo período em outros estados do Brasil.

O historiador de arte brasileiro, José Mariano Filho e o arquiteto português Ricardo Severo foram os precursores das ideias que fundamentaram o movimento conhecido como estilo neocolonial no contexto da arquitetura brasileira (Carvalho, 2002). Esse estilo teve diferentes momentos ao longo do

século XX, surgindo como uma resposta ao movimento da arquitetura eclética, bem como, para ressaltar as tradições e especificidades da cultura brasileira. Nesse sentido, Kessel (1999) ressalta que:

É um exemplo de luta não só por posições institucionais no aparelho de Estado, mas também pela apropriação do passado artístico e cultural como capital teórico que justifica e legitima essas posições. Ao evocar a tradição como lugar autorizado para afirmar o real “espírito nacional”, o neocolonial apropria-se da relação entre passado e presente para justificar uma intervenção concreta na vida social: a iniciativa da construção de escolas, residências, prédios públicos e igrejas segundo um cânone estético que visa à regeneração do espírito da nação, de uma sociedade considerada em vias de decadência (Kessel, 1999, p. 68-69).

Nesse contexto, é prudente explicitar que o Neocolonial analisa apenas um dos seus aspectos, o ideológico, no sentido de ser aceito pelas elites intelectuais, ou seja, analisando o passado, procura justificar a realidade arquitetônica que produzia na condição de sua época (Carvalho, 2002). Isto pode ser aplicado ao contexto amapaense a partir da década de 1940, visto que a maioria das obras públicas edificadas na administração de Janary Nunes apresenta aspectos da segunda fase da arquitetura neocolonial e se inspira na linguagem formal da arquitetura barroca, porém, sem o uso emblemático e excessivo de ornamentos (Carvalho, 2002; Cantuária, 2012). Isto, também, é perceptível nas intervenções feitas no frontispício da Igreja de São José de Macapá e de outras construções realizadas pelo PIME, a exemplo dos prédios da Prelazia e da Casa dos Padres.

De fato, depois das intervenções feitas pelos missionários italianos a edificação eclesiástica passou por novas adaptações, visando principalmente o conforto ambiental interno, a exemplo das instalações de equipamentos de som, ventiladores e lâmpadas elétricas, inclusive a instalação de uma pia no ambiente da sacristia. Em visita *in loco*, durante a reforma realizada em 2016, notou-se o cuidado em relação à pintura interna e externa e à cobertura, da mesma forma que era visível o descaso de elementos como a escada da torre do sino.

Por se tratar do mais antigo templo católico da capital amapaense, a Igreja de São José sempre teve função sacra, contudo, já teve diferentes posições na hierarquia diocesana. Durante a maior parte de sua trajetória foi escolhida como Igreja Matriz, devido sua importância histórica, posteriormente, em 1980, eleita como Diocese de Macapá (Nobrega; Ribeiro, 2014). Entretanto, devido ao crescente número de fiéis, em 1996, foi iniciada a construção de uma nova estrutura, a Catedral de São José, nas adjacências da Igreja Matriz, que teve sua inauguração, em 2006, na presença de um público em torno de três mil pessoas (Castelo, 2011). Em consequência, a Igreja de São José que antes desempenhava a função de diocese, voltou a ser utilizada apenas como uma igreja da cidade.

Neste contexto, enfatiza-se que a dimensão territorial da urbe macapaense vem sendo construída sob influência das manifestações religiosas que ocorrem no contexto da Igreja de São José

de Macapá. O que demonstra que os rituais, festejos e edificações, não apenas constroem o espaço geográfico, mas, efetivamente, produzem territorialidades e paisagens próprias relacionadas as experiências do sagrado.

O CONFLITO ENTRE A IGREJA DE SÃO JOSÉ E O MEIO URBANO DE MACAPÁ

De acordo com as pesquisas, a origem da Igreja de São José está diretamente ligada a construção do território e da territorialidade macapaense, sendo o centro, com a cidade crescendo ao seu entorno ao longo de sua história. Durante o período colonial a estrutura religiosa se destacava das demais por ser uma das edificações mais altas do espaço urbano, pelo material utilizado (alvenaria) e por sua função religiosa. Ou seja, ao lado da Fortaleza de São José, a Igreja Matriz e seu entorno fazem parte do imaginário e cotidiano da população macapaense, inclusive sendo representada em vários trabalhos de artistas locais (Silva, 2017).

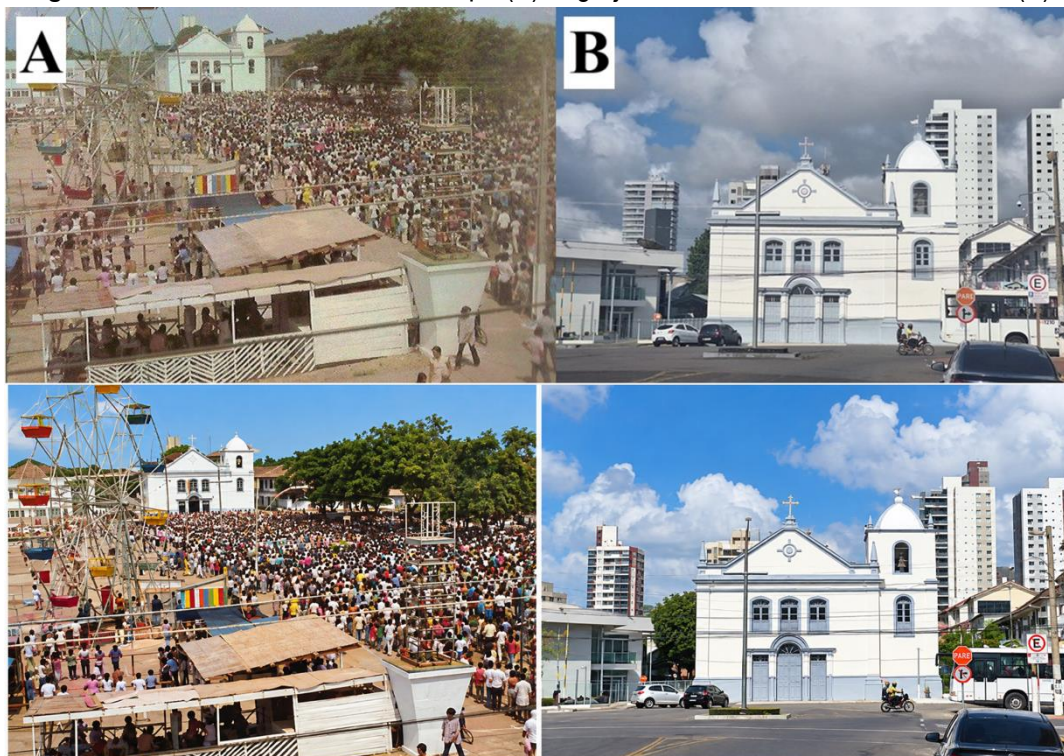
Analisando a Igreja de São José e seu entorno, infere-se que são estruturas que representam patrimônios materiais e imateriais importantes para a história, a memória e o imaginário da população amapaense. Pois continuam sendo monumentos utilizados para a celebração de várias atividades e eventos religiosos e culturais, como, por exemplo, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, as celebrações do Marabaixo e o aniversário da cidade de Macapá. As abruptas modificações no entorno da Igreja, também, refletem-se nas festividades, como no esquecido Arraial de São José, que ocorria até a década de 1980, quando iniciou a construção do Teatro das Bacabeiras.

A festa em honra de São José foi criada como parte da celebração do dia do Santo Padroeiro de Macapá e utilizava o espaço da Praça Matriz para suas celebrações. Porém, com a inauguração do Teatro das Bacabeiras, a área disponível para sua realização se tornou mais restrita, o que consequentemente contribuiu para diminuição do arraial quando a celebração popular ocorrida em frente à igreja. Ficando apenas na memória das pessoas que viveram durante a época em que era realizada. Silva (2017) expõe a insatisfação de um morador de Macapá com a construção do Teatro e a consequente extinção do arraial de São José.

Num primeiro momento eu sempre fui contra [...] mesmo eu sendo da área, eu sempre fui contra esse teatro aqui na praça, nesse espaço aqui. Ele ocupa um espaço que deveria ser para outra coisa. Pois hoje não temos local para a tenda de um circo. O teatro tá aí, o prédio está aí, nem os grupos ensaiam aí. O Teatro não presta[...]. Só está servindo para as companhias que vem de fora, né? E aí acabou a praça. A Praça Veiga Cabral, que era a praça, onde aconteciam os arraiais de São José e Nossa Senhora de Nazaré, mas principalmente o de São José. Era aqui. E aí nesse lado que nós estamos era montadas as barraquinhas (Silva, 2017, p.84).

Pela fala do colaborador da pesquisa de Silva (2017), são perceptíveis o saudosismo e a revolta gerados pela perda dos espaços das manifestações culturais e religiosas que ocorriam no entorno da Igreja até a penúltima década do século passado. A Figura 4A mostra a dinâmica dos festejos religiosos que ocorreriam no entorno da Igreja e a Figura 4B expõe a configuração atual do espaço, já com a presença de prédios próximos ao monumento religioso.

Figura 4: Festa de São José de Macapá (A) e Igreja de São José e entorno em 2025(B).



Fonte: A - Acervo Biblioteca Prefeitura Municipal de Macapá, 1978; B - Bastos, nov. 2025 com melhoramento assistido por inteligência artificial (chatgpt, 2026).

É esse cenário constituído pela Igreja, Pensionato dos Padres, Escola Paroquial, Praça Matriz e tantos outros espaços icônicos que são auxiliares ao monumento central que devem ser considerados como parte integrante do patrimônio histórico-cultural e religioso do Estado (Lara, 2017; Aragão, 2013) e a importância desses patrimônios vão além do âmbito material, visto que o Arquivo da Cúria Diocesana de Macapá possui documentos e arquivos essenciais para a história da formação do território e da sociedade amapaense (Marino, 2015).

Assim, devem ser considerados como lugares de memórias (Nora, 1993), devido suas contribuições socioculturais e presença na lembrança individual e coletiva da população da cidade, mesmo para os indivíduos que não pertençam a religião católica. Diante desse contexto, tanto o Plano Diretor de Macapá (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá,

2004), como a Lei Estadual nº 1.870, de 17 de março de 2015 (que considera bem integrante do Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Amapá) reafirmam a importância e impacto cultural da edificação da Igreja Matriz para população macapaense e para o Estado do Amapá (Amapá, 2015). Existindo inclusive, relatórios e levantamentos feitos pela Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) no Amapá (Nobrega; Ribeiro, 2014).

Embora com importância histórico-cultural e religiosa, percebe-se a ausência de intervenções mais específicas na estrutura da Igreja e contenção das constantes transformações em seu entorno, visto que a edificação, ainda, não foi tombada pelo IPHAN. Sobre essa desatenção com o patrimônio cultural macapaense, há uma quantidade mínima de bens protegidos pelo poder público nas três instâncias e o descaso institucional aliado a ausência de uso responsável das edificações, do crescimento urbano desordenado e das forças do capital imobiliário geraram um cenário devastador na conservação e manutenção do patrimônio cultural de Macapá (Cantuária, 2012).

Com base nas pesquisas teóricas, documentais e empíricas, percebe-se que a invisibilidade da Igreja de São José e seu entorno, no meio urbano de Macapá iniciou com a divisão da Praça Matriz, ação bastante danosa para a visibilidade do projeto original, que continha, além da Igreja, duas grandes praças (São Sebastião e São João), no período colonial amapaense. E a partir dessa divisão, a posterior construção do Teatro das Bacabeiras, iniciada em 1984, que impôs transformações, ainda, mais abruptas e radicais do que o seccionamento das praças (Silva, 2017).

A partir desse fato, observa-se o crescimento urbano e pressões econômicas no centro de Macapá, causando o aumento do gabarito das edificações da cidade. Embora as estruturas mais próximas da igreja sejam de até quatro andares, já é possível observar construções de mais pavimentos dentro de seu perímetro de edificação (Figura 4B). Além disso, a Rua São José, ainda, é uma via de acesso importante para quem transita no centro da cidade, significando a existência de fluxo constante de automóveis diante da Igreja. Nas pesquisas *in loco*, verificou-se que a circulação de veículos causa desconforto no interior da Igreja Matriz e pode provocar danos na estrutura a longo prazo, embora a via tenha limite de velocidade para os veículos.

Devido à tendência de verticalização e consequente crescimento das atividades econômicas na área central de Macapá, a Igreja de São José e seu conjunto de espaços icônicos vem sendo esvaziado e/ou descaracterizado. Por exemplo, no início dos anos 2000, os prédios em que antes funcionavam o Pensionato e a Escola Paroquial de São José foram vendidos, alterando o tipo de uso dessa estrutura, que atualmente funciona como centro comercial. Ressalta-se, também, que a problemática não é a mudança de funcionalidade do prédio em si, mas a falta de sensibilidade do projeto

de adaptação para a função comercial, o qual notavelmente priorizou os interesses econômicos e contribuiu de alguma forma para o apagamento da história desse e de outros espaços próximos.

Como a área comercial de Macapá se materializou no mesmo espaço da antiga Vila de Macapá, percebe-se que as pressões causadas por interesses econômicos provocam a ressignificação de espaços históricos, tais como a Praça Matriz e o Largo dos Inocentes. Além da redução de elementos da cultura macapaense, como o Arraial de São José (Figura 4A) e a consequente diminuição do impacto visual da Igreja de São José em comparação com as grandes edificações que estão surgindo no centro urbano e histórico de Macapá.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É incontestável que a Igreja de São José e seu entorno são importantes monumentos histórico-culturais, que revelam a história da cidade e do município de Macapá e do estado do Amapá. Assim, ainda que a sua arquitetura tenha sido modificada significativamente ao longo dos séculos, a igreja expressa sentidos e significados vividos historicamente, culturalmente e socialmente e é importante representação da identidade do povo macapaense.

Embora existam interesse de realizar seu tombamento, baseado em sua importância histórica, cultural e religiosa, ainda, não é legalmente um patrimônio protegido na esfera federal e apenas a estrutura da Igreja é oficialmente um Patrimônio cultural estadual. Também, não é perceptível a gestão de preservação específica, que permita a adequada proteção do complexo envolvendo a Igreja de São José, como percebida pelos devotos macapaenses. Além disso, percebe-se, também, certo descaso com a estrutura da Igreja, seja por parte da gestão governamental, quanto por alguns cidadãos que não o compreendem como patrimônio cultural da cidade.

Sem procedimentos especializados poderá ocorrer perdas significativas do monumento, que necessita de constante manutenção para sua preservação. E com a ausência de legislação protetiva do patrimônio e a pressão causada por interesses econômicos, a Igreja e seu entorno continuam a ser sufocados pelos empreendimentos que surgem na área de influência da estrutura religiosa, diminuindo a visibilidade da edificação, prejudicando sua estrutura física. Algo lastimável para este que é a primeira edificação da vila de Macapá.

No decorrer da pesquisa foi possível perceber limitações que impactaram seu escopo e profundidade. Entre os principais desafios, destaca-se dificuldades de acesso a dados primários e de encontrar publicações referente a temática estudada. Além disso, a pesquisa em campo foi restrita a

observações não participante. Destaca-se, ainda, a escassez de informações oficiais sobre o monumento que faz parte da história da cidade de Macapá.

Com base nas pesquisas, recomenda-se ampliar a investigação empírica, incorporando observação *in loco*, coleta de informações com a população e em órgãos gestores da cultura macapaense e, também, fora do estado do Amapá, como o Arquivo Público do Estado do Pará, que guarda grande parte da história amapaense, sobretudo no período colonial. Essas pesquisas possibilitariam análises comparativas mais abrangente da temática analisada. Sugere-se, desse modo, o aprofundamento dos aspectos da geografia cultural, para melhor análise da relação entre geografia, história, arquitetura e cultura, como avanço metodológico. Por fim, deve-se considerar a valorização das experiências existentes com relação a preservação do patrimônio nacional, estimulando à proteção dos monumentos culturais do Amapá.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ. **Lei nº 1.870, de 17 de março de 2015**. Considera bem integrante do patrimônio histórico e cultural do Estado do Amapá, para fins de tombamento de natureza material, a Igreja de São José de Macapá. Disponível em: <https://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/03/ipatrimonio-Macapá-Igreja-Matriz-de-Sao-Jose-Fonte-Governo-do-Estado.pdf>

ARAGÃO, Ivan Rêgo. Patrimônio de Fé e Religiosidade: Os Bens Culturais inseridos na Festa do Senhor dos Passos em São Cristóvão (Sergipe, Brasil). **Horizonte**, v. 11, n. 31, p. 1018-1041, jul./set. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/271294619_Patrimonio_de_Fe_e_Religiosidade_os_Bens_Culturais_inseridos_na_Festa_do_Senhor_dos_Passos_em_Sao_Cristovao_Sergipe_Brasil_Heritage_of_Faith_and_Religiosity_Cultural_Objects_inserted_on_the_Festival_o

ARAÚJO, Renata Malcher de. **As Cidades da Amazônia no século XVII**: Belém, Macapá e Mazagão. 2 ed., Porto: Inova - Artes Gráficas, 1998.

BALDISSERI, Dom Lorenzo. Conferência: Bens culturais no Acordo Brasil – Santa Sé. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.13, n. 18, p.188 – 200, 1 sem. 2012. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/4153>

BRANCO, Ricardo Lucas. “**Classicismo Tridentino**” e “**Estilo-Chão**”: A arquitectura eclesial portuguesa entre centro e periferia. Art in the Periphery - Seminário do workshop. Lisboa: Instituto de História da Arte, FCSH-UNL, p. 1-18, 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/27558419/Classicismo_Tridentino_e_Estilo_Ch%C3%A3o_A_arquitectura_eclesial_portuguesa_entre_centro_e_periferia

BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943**. Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguassú. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5812-13-setembro-1943-415787-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRITO, Jaqueline Ferreira de Lima. **A Fortaleza de Macapá como monumento e a cidade como documento histórico**. Dissertação (Mestrado) Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro: IPHAN, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/2129>

BURY, John. **Arquitetura e Arte no Brasil Colonial**. Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira (org.). Brasília, DF: IPHAN/MONUMENTA, 2006.

CAMBRAIA, Paulo; LOBATO, Sidney. **Rios de Histórias: ensaios de história do Amapá e da Amazônia**. 1 ed., Rio de Janeiro: Editora Multifoco, 2013.

CAMILO, Janaína Valéria Pinto. **Homens e pedras no desenho das fronteiras: a construção da Fortaleza de São José de Macapá (1764/1782)**. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2003.273794>

CANTUÁRIA, Eloane de Jesus Ramos. **Em busca da cidade colonial: um estudo de Arqueologia Urbana no centro comercial de Macapá**. Monografia (Especialização em Patrimônio Arqueológico) Universidade Estadual do Amapá. Macapá, 2012.

CARVALHO, Édis Evandro Teixeira de. **A Arquitetura Neocolonial: A arquitetura como afirmação de nacionalidade**. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Salvador: UFBA, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/12299>

CASTELO, Rogério. **A Igreja de São José de Macapá**. Macapá, maio 2011. Disponível em: <http://casteloroget.blogspot.com/2011/05/patrimonios-do-amapa-igreja-de-sao-jose.html>

CAVALCANTI, Jarbas A. **Fortaleza de São José**. 2 ed., Macapá: Editora São José, 1997. p.39-42.

DIAS, Ana Olga da Silva. **A organização da educação no Território Federal do Amapá: do “ideal” ao real, do liberal ao conservador (1943-1958)**. 2014. 224 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17559/1/OrganizacaoEducacaoTerritorio.pdf>

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7ª edição, São Paulo: Atlas, 2022.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: Arquitetura neocolonial no Brasil. **História Social**. 6 n. Campina, p.65-94, 1999. Disponível em: <https://ojs.ifch.unicamp.br/index.php/rhs/article/view/179>

LARA, Camila de Brito Quadros. **O Patrimônio cultural religioso: história e memória da Igreja Nossa Senhora Imaculada Conceição de Dourados/MS**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados: UFGD, 2017. Disponível em: <https://www.ppgufgd.com/wp-content/uploads/2019/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O-FINAL-REVISADO-P%C3%93S-BANCA.pdf>

LOBATO, Sidney da Silva. **A cidade dos trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência em Macapá (1944-1964)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02102013-131130/pt-br.php>

LUNA, Verônica Xavier. **Entre o Porteau e o Volante: Africanos Redesenhando a Vila São José de Macapá – 1840-1856**. 2009. 165f. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal do Piauí. Teresina, PI, 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/31>

LUNA, Verônica Xavier. **Um cais que abriga histórias de vida: homens e máquinas construindo o social na cidade de Macapá (1943-1970)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23699>. Acesso em: 17 maio 2025.

MACAPÁ. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá: P.M.M. – SEMPLA, IBAM, 2004. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/162381092/Plano-Diretor-de-Macapá>

MARINO, Telma Maria F. B. **Memórias do Arquivo da Cúria de São José de Macapá: Inventariando o acervo e a história do PIME no Amapá (1948-1988)**. Monografia (TCC) Especialização em História e Historiografia da Amazônia, Macapá: UNIFAP, 2015.

MIRANDA, Pe. Antônio. **Padre Júlio Maria: Sua Vida e sua Missão**. 2 ed. Imprensa Oficial: Belo Horizonte, 1957.

MONTORIL, Nilson. **A Igreja Matriz de São José de Macapá**. Macapá, set. 2012. Disponível em: <https://www.diariodoamapa.com.br/articulistas/nilson-montoril/o-primeiro-presepio-da-igreja-de-sao-jose/>

MORAIS; Paulo Dias; ROSÁRIO, Ivonete dos Santos. **Amapá: De capitania a território**. Macapá: Valcan, 1999. p.53 -54.

NOBREGA, Rodrigo da; RIBEIRO, Karina N. B. **Levantamento Histórico da Igreja de São José de Macapá**. IPHAN. Macapá, 2014.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História -Revistas PUC-SP** São Paulo: PUC-SP. n. 10, 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://share.google/APYU9CBqYlk1TdkL7>

PIMENTEL, Walbi Silva. **A Igreja dos Pobres: Resistências eclesiais no norte do Brasil (1966-1983)**. 1 ed., Curitiba: Editora Prisma, 2016.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Território do Amapá: Perfil Histórico**. Departamento de Imprensa Nacional. Rio de Janeiro, 1949.

REIS, Marcos V. F.; CARVALHO Joel P. Construindo a Casa de Deus: O Pontifício Instituto das Missões Estrangeiras e a Criação da Diocese de Macapá (1948-1980). In: AGUIAR, V. (org.). **O lugar da história e dos historiadores nas Amazôniaas**. Macapá: UNIFAP, 2018. p. 216 -242. Disponível em: <https://www2.unifap.br/editora/files/2018/11/Livro-O-lugar-da-hist%C3%B3ria-e-dos-historiadores.pdf>

ROSENDAHL, Z. **Uma procissão na geografia** (online). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2018, pp. 1-6. ISBN 978-85-7511-501-5. Available from: doi: 10.7476/9788575115015. Also available in ePUB. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wy7ft/epub/rosendahl-9788575115015.epub>

SILVA, José de Vasconcelos. **Visualidades e Memórias das Praças Veiga Cabral e Barão do Rio Branco em Macapá-AP**. Dissertação (Mestrado) Programa Associado de Pós-Graduação em Artes Visuais, João Pessoa: UFPB/UFPE/CCTA, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11522?locale=pt_BR

SILVA, Suzana Gomes da. Silêncio sobre o “Largo dos Inocentes”: modernização e esquecimento em Macapá. In: **Semana de História: O Ensino e a Pesquisa na História do Amapá: Perspectiva e Desafios**, 4., 2013, Macapá. Anais... Macapá: UNIFAP, 2013. Disponível em: <https://www2.unifap.br/historia/files/2014/02/cadixsemana.pdf>

SMITH, Ricardo. **A casa dos padres**. 1 ed. Belém: Edição do Autor, 2008.

TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório das Atividades do Governo do Território Federal do Amapá, em 1944**, apresentado ao Exmº Senhor Presidente da República pelo Capitão JANARY GENTIL NUNES, Governador do território. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.